



DECLARAÇÃO UNIFICADA

A Itaú Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 33.311.713/0001-25, sediada à Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3500, 3º andar (parte), Itaim Bibi, São Paulo - SP, sob as penas da lei, **DECLARA:**

Cumprimento do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal

- Não possui em seu quadro de empregados, menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso, bem como em qualquer trabalho. E, não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, consoante ao inciso XXXIII, Art. 7º da Constituição Federal, e diante do Art. 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999;

Fatos Impeditivos e Idoneidade

- Inexistem fatos supervenientes e impeditivos para a sua habilitação e contratação com a Administração Pública;

- Não pesa contra si declaração de Idoneidade expedida por Órgão da Administração Pública de qualquer esfera do Governo;

- Inexistem ações judiciais de falência ou recuperação judicial e procedimentos de liquidação extrajudicial;

- Inexistem condenações e penalidades impostas em processos administrativos sancionadores juntos ao Banco Central do Brasil (BACEN), à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e à Anbima que impeçam a atuação desta Instituição junto ao Poder Público;

Experiência na Gestão

- Possui experiência na gestão de recursos de terceiros destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) bem como, todos os fundos destinados aos Regimes Próprios de Previdência Social são administrados, geridos e custodiados pelo **Itaú Unibanco S/A**, que possui mais de 50 (cinquenta) anos de experiência desde seu primeiro fundo, em 1957;

Imunidade Tributária

- Reconhece a abrangência da imunidade tributária, e solicita à Diretoria Executiva deste órgão que nos informe qualquer modificação que possa levar a um eventual desenquadramento da atual condição. Ressaltamos que, na hipótese de entendimento contrário da Receita Federal do Brasil (RFB) acerca da Imunidade Tributária, este Órgão deverá arcar na condição de contribuinte, com os valores dos tributos eventualmente devidos, após esgotadas todas as medidas administrativas/judiciais cabíveis a serem intentadas pelo Órgão;

Aderência às Resoluções CMN nº 4.695/18 e 4.963/21

– aderência a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.963/21

– integra a lista exhaustiva de instituições que atendem as condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.695/2018.

Compliance Atual

- possui *Compliance* atuante.

São Paulo, 31 de janeiro de 2022